

Ribeirão Preto, 20 de maio de 2015.

À

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO - APAE

Ribeirão Preto - SP.

Atenção do Senhor **Celso Fujioka**

Diretor Financeiro

Prezados Senhores

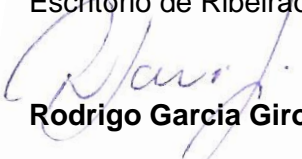
Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto - APAE**, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada assinada para nosso controle.

Atenciosamente,

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP



Rodrigo Garcia Girolto

Sócio Diretor

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE
RIBEIRÃO PRETO – APAE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Maio de 2015

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO – APAE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (DÉFICIT).....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO - APAE
Ribeirão Preto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto - APAE.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado (Déficit), das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto - APAE** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. A Entidade incorreu em prejuízos significativos nos períodos, apresenta deficiência de capital de giro, e é dependente de suporte financeiro de terceiros por meio de empréstimos. Estes fatores podem gerar dúvidas substanciais quanto a sua possibilidade de continuar em operação. Entretanto, a atual Administração da Entidade possui planos com relação a este assunto e a continuidade normal dos negócios da Entidade depende do sucesso na execução desses planos. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

Ribeirão Preto SP, 17 de abril de 2015.

BLB
BRASIL  **BLB Auditores Independentes**
CRC 2SP023165/O-2


Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO – APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	Nota		
	explicativa	2014	2013
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.188	343.332
Contas a receber	5	78.846	110.184
Outros créditos	6	88.140	65.081
Total do ativo circulante		218.174	518.597
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outros créditos	6	70.389	-
Imobilizado	7	4.175.624	3.995.066
Total do ativo não circulante		4.246.013	3.995.066
Total do ativo		4.464.187	4.513.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO – APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	Nota	2014	2013
	explicativa		
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos	8	659.814	920.144
Fornecedores		158.350	151.111
Salários e obrigações sociais	9	1.232.877	1.078.413
Provisão para férias e encargos		260.536	278.410
Outras obrigações	10	218.973	263.776
Total do passivo circulante		2.530.550	2.691.854
Passivo não circulante			
Empréstimos	8	1.687.161	2.048.049
Obrigações sociais	9	1.105.714	528.811
Provisão para contingências	11	495.000	818.500
Total do passivo não circulante		3.287.875	3.395.360
Passivo a descoberto			
Patrimônio social (déficit acumulado)		(5.088.744)	(4.740.076)
Reserva de reavaliação		3.268.015	3.329.555
Reserva de doações		185.638	185.638
Superávit (déficit) do exercício		280.853	(348.668)
Total do passivo a descoberto	12	(1.354.238)	(1.573.551)
Total do passivo		4.464.187	4.513.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO – APAE

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (DÉFICIT)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	Nota	2014	2013
	explicativa		
Receita operacional bruta			
Subvenções e doações públicas e privadas	13	4.212.470	4.685.555
Serviços prestados – atendimento SUS		859.481	899.004
		5.071.951	5.584.559
Dedução da receita bruta			
Devoluções e abatimentos		(4.578)	(252.306)
Receita operacional líquida		5.067.373	5.332.253
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com pessoal e encargos		(4.420.372)	(4.222.799)
Despesas gerais e administrativas		(702.849)	(1.188.875)
Reversão da provisão para contingências		94.479	220.246
Outras receitas	14	16.500	115.000
		(5.012.242)	(5.076.428)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		55.131	255.825
Receitas financeiras		594.889	6.556
Despesas financeiras		(430.707)	(732.617)
	15	164.182	(726.061)
Superávit (déficit) do exercício		219.313	(470.236)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO – APAE

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Reserva de doações	Déficit do exercício	Total do passivo a descoberto
Saldos em 1º de janeiro de 2013	(2.856.246)	3.451.123	185.638	(1.883.830)	(1.103.315)
Transferência do déficit para patrimônio social	(1.883.830)	-	-	1.883.830	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(121.568)	-	121.568	-
Déficit do exercício	-	-	-	(470.236)	(470.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(4.740.076)	3.329.555	185.638	(348.668)	(1.573.551)
Transferência do déficit para patrimônio social	(348.668)	-	-	348.668	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(61.540)	-	61.540	-
Superávit do exercício	-	-	-	219.313	219.313
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(5.088.744)	3.268.015	185.638	280.853	(1.354.238)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO – APAE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit (déficit) do exercício	219.313	(470.236)
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações	175.743	168.311
Valor residual da baixa do Imobilizado	29.238	-
Despesas com juros de empréstimos	240.979	532.994
Descontos obtidos (empréstimos renegociados)	(584.469)	-
Reversão da provisão para contingências	(94.479)	(220.246)
(Déficit) superávit do exercício ajustado	(13.675)	10.823
Variações nos ativos e passivos:		
Redução em contas a receber	31.338	16.923
Aumento em outros créditos	(93.448)	(32.778)
Aumento (redução) em fornecedores	7.239	(159.847)
Aumento em salários e obrigações sociais	731.367	668.144
(Redução) aumento em férias e encargos	(17.874)	22.763
Redução em provisão para contingências	(229.021)	(60.454)
(Redução) aumento em outras obrigações	(44.803)	202.150
Disponibilidades líq. geradas pelas atividades operacionais	371.123	667.724
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(385.539)	(71.152)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas ativ. de investimentos	(385.539)	(71.152)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Variação dos empréstimos	(277.728)	(419.229)
Disponibilidades líq. aplicadas nas ativ. de financiamentos	(277.728)	(419.229)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(292.144)	177.343
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	51.188	343.332
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	343.332	165.989
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(292.144)	177.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO PRETO – APAE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

1. Contexto operacional

A **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto - APAE**, é uma entidade de fins beneficentes e filantrópicos, fundada em 19 de junho de 1965, para promover gratuitamente e em caráter exclusivo, o bem estar, a proteção, o atendimento especializado, a assistência social e a integração dos excepcionais na sociedade; estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais e a prevenção de deficiências. A palavra excepcional se ajusta às crianças, ao adolescente ou adulto que sejam portadores de deficiência mental e que representem problemas capazes de impedir o seu ajustamento familiar ou social e que necessitem de orientação especializada para sua educação, comportamento e desenvolvimento. Para consecução de seus objetivos a entidade se propõe entre outras atividades receber subvenção e firmar convênios com órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, bem como entidades particulares, de economia mista, autarquias, fundações e outras que julgar necessário e que não conflitem com os objetivos sociais, aplicando os recursos recebidos nas finalidades a que estejam vinculadas. A entidade rege-se pelo Estatuto Social através de seus órgãos administrativos: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria e Conselho Técnico.

A Entidade realizou em 30 de agosto de 2013 Assembleia Geral Ordinária (AGO) da qual resultou na eleição de uma nova Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, que assumiram suas funções estatutárias no dia subsequente ao dessa AGO.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 17 de abril de 2015.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. A receita com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d) Contas a receber

São demonstrados pelos valores relativos aos convênios firmados com órgãos governamentais, municipais, estaduais e federais, bem como entidades particulares, referente aos serviços prestados até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, quando aplicável.

e) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea efetuada por peritos independentes. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, se necessário. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas" na demonstração do resultado. A Entidade não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2014.

g) Empréstimos

Registrado pelo valor de captação e atualizados pelos encargos contratuais incorridos até a data do balanço.

h) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são ajustados pelo valor presente, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Entidade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2014	2013
Caixa e banco conta movimento	48.723	49.233
Aplicações financeiras	2.465	294.099
Total	51.188	343.332

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

5. Contas a receber

Descrição	2014	2013
CMDCA	59.743	91.081
Verba federal	7.763	11.340
Verba estadual	11.340	7.763
Total	78.846	110.184

Representado por saldos a receber referentes à serviços prestados.

6. Outros créditos

Descrição	2014		2013
	Circulante	Não circulante	Circulante
Cheques pré-datados	24.964	-	28.348
Cheques devolvidos	402	-	544
(-) Provisão p/ perdas – ch. devolvidos	(402)	-	(370)
Aplicação financeira (i)	-	69.762	-
Outros valores a receber	63.176	627	36.559
Total	88.140	70.389	65.081

(i) A expectativa da administração é de realização a longo prazo, considerando a natureza da aplicação financeira.

7. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de deprec.	Depreciação		2014	2013
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.230.000	-	1.230.000	1.230.000
Edificações	4%	3.057.916	(628.301)	2.429.614	2.476.252
Móveis e utensílios	10%	617.360	(512.901)	104.460	55.447
Veículos	20%	616.997	(239.822)	377.175	197.833
Equip. de informática	20%	126.064	(91.689)	34.375	35.534
Total		5.648.337	(1.472.713)	4.175.624	3.995.066

A Entidade registrou reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação de peritos independentes emitido em 2005. A contrapartida do valor acrescido ao imobilizado foi registrado como reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

b. Movimentação do custo

Descrição	2013	Adições	Baixas	2014
Terrenos	1.230.000	-	-	1.230.000
Edificações	3.027.916	30.000	-	3.057.916
Móveis e utensílios	519.434	97.926	-	617.360
Veículos	439.045	248.852	(70.900)	616.997
Equip. de informática	117.303	8.761	-	126.064
Total	5.333.698	385.539	(70.900)	5.648.337

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2013	Adições	Baixas	2014
Edificações	(551.664)	(76.637)	-	(628.301)
Móveis e utensílios	(463.986)	(48.915)	-	(512.901)
Veículos	(241.213)	(40.271)	41.662	(239.822)
Equip. de informática	(81.769)	(9.920)	-	(91.689)
Total	(1.338.632)	(175.743)	41.662	(1.472.713)

8. Empréstimos

Modalidade/finalidade	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	303.148	753.189	556.929	963.518
Antecipação do SUS	356.666	933.972	356.666	1.084.531
Conta garantida	-	-	6.549	-
Total	659.814	1.687.161	920.144	2.048.049

Os encargos contratuais para capital de giro são de 1,50% a 8,75% ao mês, e de antecipação dos recursos do SUS de 1,60% ao mês. As garantias são avais dos diretores e cessão de direitos creditórios do SUS.

9. Salários e obrigações sociais

Descrição	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Salários	628.570	-	463.056	-
INSS (i)	178.016	-	171.193	-
FGTS (i)	102.981	-	143.015	-
PIS	5.909	-	11.252	-
IRRF (i)	42.375	-	37.689	-
FGTS - parcelamento	53.316	578.352	25.092	307.377
IRRF – parcelamento	8.834	79.196	6.259	17.213
INSS - parcelamento	68.302	448.166	68.450	204.221
PIS - parcelamento	5.359	-	-	-
Outras contribuições	13.446	-	12.922	-
Acordos trabalhistas	99.040	-	139.485	-
Total	1.232.877	1.105.714	1.078.413	528.811

(i) As obrigações com INSS, FGTS e IR estão vencidas, cujos períodos de apuração em aberto são de agosto a dezembro de 2014, os saldos contábeis estão atualizados com multa e juros e em março de 2015 foi aderido o parcelamento desses débitos.

10. Outras obrigações

Descrição	2014	2013
Devolução de verbas	188.973	263.776
Adiantamentos diversos	30.000	-
Total	218.973	263.776

Relativo a débitos com a Secretária Estadual do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, devido à utilização da verba assistencial em gastos não relacionados à sua natureza/finalidade, a administração da Entidade parcelou esses débitos junto aos agentes regulares.

11. Provisão para contingências

Descrição	2014	2013
Trabalhistas (i)	495.000	818.500

(i) Trabalhistas: A Entidade esta discutindo na justiça ações de natureza trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Empresa.

Juntamente com a assessoria jurídica a administração da Entidade não identificou outros eventos passados que se caracterizassem por uma contingência ou riscos relevantes do qual seja provável ou possível que um recurso econômico seja requerido para provisioná-lo ou liquidá-lo, além dos mencionados nessa nota explicativa.

12. Passivo a descoberto

a. Patrimônio social: acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits.

b. Reserva de reavaliação: A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Reserva de doação: constituída em exercícios anteriores com bens do ativo imobilizado recebidos a título de doações, sendo a sua realização pela baixa ou venda destes bens.

13. Subvenções e doações

Descrição	2014	2013
Doações de associados e telemarketing	1.373.176	1.417.204
Subvenção Estadual	1.205.241	787.692
Subvenção Municipal	696.258	957.001
Subvenção Federal	79.900	96.690
Outras doações e subvenções - privadas	857.895	1.426.968
Total	4.212.470	4.685.555

14. Outras receitas

Em 2014, representada pelo valor de venda de um caminhão da Entidade. Já em 2013, representada pelo valor da venda de um terreno que era de propriedade da Entidade, localizado em Distrito de Bonfim Paulista – São Paulo.

15. Resultado financeiro líquido

Descrição	2014	2013
Receitas financeiras:		
Juros ativos	10.420	6.556
Descontos obtidos (i)	584.469	-
	<u>594.889</u>	<u>6.556</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(240.979)	(532.994)
Juros passivos	(189.728)	(199.623)
	<u>(430.707)</u>	<u>(732.617)</u>
Total	164.182	(726.061)

(i) Descontos obtidos nas renegociações de contratos de empréstimos.

16. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

16.1. Assalariados

Mês	Base de			2014	2013
	cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Valor isenção
Janeiro	227.063	45.413	17.711	63.124	71.200
Fevereiro	256.611	51.322	20.016	71.338	67.732
Março	258.709	51.742	20.179	71.921	75.249
Abril	262.824	52.565	20.500	73.065	73.377
Maiο	310.838	62.168	24.245	86.413	71.057
Junho	303.399	60.680	23.665	84.345	70.173
Julho	294.117	58.823	22.941	81.764	80.805
Agosto	280.828	56.166	21.905	78.071	70.958
Setembro	283.697	56.739	22.128	78.867	71.902
Outubro	278.345	55.669	21.711	77.380	73.698
Novembro	275.331	55.066	21.476	76.542	71.784
Dezembro	311.023	62.205	24.260	86.465	89.144
13º salário	244.540	48.908	19.074	67.982	64.686
Total	3.587.325	717.466	279.811	997.277	951.765

16.2. Autônomos

Mês	2014		2013	
	Base de cálculo	20%	Base de cálculo	20%
Janeiro	225	45	10.964	2.193
Fevereiro	3.919	784	8.721	1.744
Março	3.604	721	3.654	731
Abril	6.537	1.307	3.379	676
Maio	625	125	3.829	766
Junho	9.870	1.974	1.175	235
Julho	7.130	1.426	9.269	1.854
Agosto	5.982	1.196	2.954	591
Setembro	1.313	263	425	85
Outubro	4.232	846	2.954	591
Novembro	313	63	-	-
Dezembro	313	63	4.315	863
Total	44.063	8.813	51.639	10.329

17. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18. Contribuições para seguridade social

A Lei nº 9.732 de 11 de dezembro 1998 alterou os dispositivos da Lei nº 8.212/91, no que se refere aos requisitos para isenção de contribuições para seguridade social.

Essas alterações não acarretaram em incidências destas contribuições sobre as operações da Entidade, por atender, integralmente aos novos requisitos que lhe permitem a totalidade das isenções.

A Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado. Aplica integralmente no país, os seus recursos e superávits na manutenção dos seus objetivos sociais.

19. Gratuidades

A Entidade atende aos requisitos que caracterizam as entidades de finalidade de assistência social oferecendo, gratuitamente, todos seus serviços prestados à comunidade, portanto, cumpre na totalidade nos termos da legislação federal, estadual e municipal e em especial, aos preceitos do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.
